

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Moção

Contra a alteração de horários em defesa dos utentes do serviço público ferroviário

Considerando que:

Portugal tem assistido, pela mão dos sucessivos governos, ao aceleração da ruína da ferrovia pública, responsáveis pelos 20% de aumento do preço médio dos bilhetes e passes entre 2009 e 2013, ao mesmo tempo que cortaram 10% da oferta. Tal política afastou mais de 20% dos passageiros em somente 4 anos.

Agora, em 14 de Junho de 2015, por decisão da CP – Comboios de Portugal E.P.E., com o apoio do Governo PSD/CDS-PP, entrou em vigor um novo horário para os comboios suburbanos de Lisboa que condiciona o direito à mobilidade das populações residentes no Concelho de Vila Franca de Xira, além de todos os utentes da Linha da Azambuja.

Com efeito, sem ouvir a população, nem as autarquias do concelho, foram introduzidas alterações que não se coadunam com as necessidades há muito sentidas pelos utentes, nomeadamente:

- A eliminação, ao fim-de-semana, das ligações diretas a Alcântara-Terra e a Sintra, obrigando a transbordos na Gare do Oriente e ou recurso a outros meios de transporte;
- A existência de um único comboio, aos fins-de-semana, com destino a Santa Apolónia, quando no anterior horário havia dois comboios por hora com destino a Alcântara-Terra;
- A existência de escassas ligações de regresso, com partida de Santa Apolónia ou Alcântara-Terra, fora das horas de ponta, sobretudo ao final do dia.

Há muitos anos que sucessivos governos desferem rudes golpes ao sistema público de transportes, com a intenção expressa de concessionar/privatizar serviços imprescindíveis.

Tudo começou com o desmembramento da CP em várias empresas, com custos financeiros pesadíssimos já reconhecidos e assumidos como um erro, que no entanto nunca foi revertido, para, com o atual governo PSD/CDS-PP se avançar para a fusão da REFER com as Estradas de Portugal.

De entre as possíveis consequências desta fusão, resulta, por exemplo, o poder de concessão da exploração ferroviária, que poderá ser o próximo passo para a completa destruição do sector ferroviário nacional, tendo em vista entregar a ferrovia nas mãos das multinacionais e grandes grupos económicos do sector.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Um filme que não é novo e retrata a realidade existente que antecede a privatização que, mais tarde ou mais cedo, se vai refletir num impacto que terão de ser os utentes e contribuintes a pagar, como o aumento de tarifas, retirada de serviços, redução da oferta de comboios, redução das normas de segurança, degradação do material circulante e das infraestruturas.

O governo tenta dissimular o plano de destruição das empresas para a opinião pública, ocultando as verdadeiras razões e quais os objetivos que estão envolvidos nos planos por eles traçados.

É necessário defender um sector estratégico. É necessário uma estratégia séria para o sector ferroviário ao serviço do país e das populações na defesa de mais e melhor transporte ferroviário público que tem de passar pelo investimento e pela reunificação do sector ferroviário.

O governo não tem, nem nunca teve argumentos para justificar a destruição do sector ferroviário nomeadamente as privatizações da EMEF e CP CARGA, a fusão da REFER com as Estradas de Portugal, bem como a entrega aos privados dos serviços lucrativos da CP.

Assim e não podendo aceitar que a Linha da Azambuja, e muito particularmente as populações do concelho de Vila Franca de Xira, em especial os utentes da estação de Vila Franca de Xira, sejam deliberadamente marginalizadas, colocadas à margem do seu inegável direito ao transporte público ferroviário a Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, reunida em 29 de Junho de 2015 delibera:

- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 91/2015, que procedeu à fusão, por incorporação, da EP – Estradas de Portugal, S.A., na REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., transforma a REFER em sociedade anónima, redeterminando-a para Infraestruturas de Portugal, S.A., a partir do dia 1 de Junho de 2015;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 69/2015 que aprovou o processo de reprivatização da CP Carga;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 70/2015 que aprovou o processo de reprivatização da EMEF;
- Defender um novo modelo de financiamento dos operadores públicos de transportes e no quadro da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- Exigir o envolvimento das autarquias do Concelho de Vila Franca de Xira no processo;
- Exigir o envolvimento das populações e das comissões de utentes, no sentido de se adequar a oferta de transportes com as efetivas necessidades das populações;

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

- Exigir o alargamento da coroa do passe social L123 a todo o concelho, além da diminuição dos custos de transporte;
- Manifestar-se contra a entrega a privados dos serviços lucrativos da CP;
- Manifestar-se por um Sector Ferroviário nacional, público e uno.
- Publicar esta moção nos lugares de estilo da Freguesia, enviar a todas as bancadas políticas da Assembleia Municipal e Assembleia da República, bem como a toda a Câmara Municipal, ao Primeiro-Ministro e Ministério da Economia, à Administração das Infraestruturas de Portugal S.A., da CP Carga, da EMEF, à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, à CGTP-IN, à Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações – FECTRANS (com pedido expresso a esta para da mesma dar conhecimento às suas estruturas associadas intervenientes no sector).

Vila Franca de Xira, 29 de Junho de 2015

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira

Moção aprovada por maioria com 11 votos a favor (6 da CDU e 5 do PS) e 2 votos contra da CNR.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Moção

Contra a alteração de horários em defesa dos utentes do serviço público ferroviário

Considerando que:

Portugal tem assistido, pela mão dos sucessivos governos, ao aceleramento da ruína da ferrovia pública, responsáveis pelos 20% de aumento do preço médio dos bilhetes e passes entre 2009 e 2013, ao mesmo tempo que cortaram 10% da oferta. Tal política afastou mais de 20% dos passageiros em somente 4 anos.

Agora, em 14 de Junho de 2015, por decisão da CP – Comboios de Portugal E.P.E., com o apoio do Governo PSD/CDS-PP, entrou em vigor um novo horário para os comboios suburbanos de Lisboa que condiciona o direito à mobilidade das populações residentes no Concelho de Vila Franca de Xira, além de todos os utentes da Linha da Azambuja.

Com efeito, sem ouvir a população, nem as autarquias do concelho, foram introduzidas alterações que não se coadunam com as necessidades há muito sentidas pelos utentes, nomeadamente:

- A eliminação, ao fim-de-semana, das ligações diretas a Alcântara-Terra e a Sintra, obrigando a transbordos na Gare do Oriente e ou recurso a outros meios de transporte;
- A existência de um único comboio, aos fins-de-semana, com destino a Santa Apolónia, quando no anterior horário havia dois comboios por hora com destino a Alcântara-Terra;
- A existência de escassas ligações de regresso, com partida de Santa Apolónia ou Alcântara-Terra, fora das horas de ponta, sobretudo ao final do dia.

Há muitos anos que sucessivos governos desferem rudes golpes ao sistema público de transportes, com a intenção expressa de concessionar/privatizar serviços imprescindíveis.

Tudo começou com o desmembramento da CP em várias empresas, com custos financeiros pesadíssimos já reconhecidos e assumidos como um erro, que no entanto nunca foi revertido, para, com o atual governo PSD/CDS-PP se avançar para a fusão da REFER com as Estradas de Portugal.

De entre as possíveis consequências desta fusão, resulta, por exemplo, o poder de concessão da exploração ferroviária, que poderá ser o próximo passo para a completa destruição do sector ferroviário nacional, tendo em vista entregar a ferrovia nas mãos das multinacionais e grandes grupos económicos do sector.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Um filme que não é novo e retrata a realidade existente que antecede a privatização que, mais tarde ou mais cedo, se vai refletir num impacto que terão de ser os utentes e contribuintes a pagar, como o aumento de tarifas, retirada de serviços, redução da oferta de comboios, redução das normas de segurança, degradação do material circulante e das infraestruturas.

O governo tenta dissimular o plano de destruição das empresas para a opinião pública, ocultando as verdadeiras razões e quais os objetivos que estão envolvidos nos planos por eles traçados.

É necessário defender um sector estratégico. É necessário uma estratégia séria para o sector ferroviário ao serviço do país e das populações na defesa de mais e melhor transporte ferroviário público que tem de passar pelo investimento e pela reunificação do sector ferroviário.

O governo não tem, nem nunca teve argumentos para justificar a destruição do sector ferroviário nomeadamente as privatizações da EMEF e CP CARGA, a fusão da REFER com as Estradas de Portugal, bem como a entrega aos privados dos serviços lucrativos da CP.

Assim e não podendo aceitar que a Linha da Azambuja, e muito particularmente as populações do concelho de Vila Franca de Xira, em especial os utentes da estação de Vila Franca de Xira, sejam deliberadamente marginalizadas, colocadas à margem do seu inegável direito ao transporte público ferroviário a Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, reunida em 29 de Junho de 2015 delibera:

- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 91/2015, que procedeu à fusão, por incorporação, da EP – Estradas de Portugal, S.A., na REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., transforma a REFER em sociedade anónima, redominando-a para Infraestruturas de Portugal, S.A., a partir do dia 1 de Junho de 2015;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 69/2015 que aprovou o processo de reprivatização da CP Carga;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 70/2015 que aprovou o processo de reprivatização da EMEF;
- Defender um novo modelo de financiamento dos operadores públicos de transportes e no quadro da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- Exigir o envolvimento das autarquias do Concelho de Vila Franca de Xira no processo;
- Exigir o envolvimento das populações e das comissões de utentes, no sentido de se adequar a oferta de transportes com as efetivas necessidades das populações;

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

- Exigir o alargamento da coroa do passe social L123 a todo o concelho, além da diminuição dos custos de transporte;
- Manifestar-se contra a entrega a privados dos serviços lucrativos da CP;
- Manifestar-se por um Sector Ferroviário nacional, público e uno.
- Publicar esta moção nos lugares de estilo da Freguesia, enviar a todas as bancadas políticas da Assembleia Municipal e Assembleia da República, bem como a toda a Câmara Municipal, ao Primeiro-Ministro e Ministério da Economia, à Administração das Infraestruturas de Portugal S.A., da CP Carga, da EMEF, à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, à CGTP-IN, à Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações – FECTRANS (com pedido expresso a esta para da mesma dar conhecimento às suas estruturas associadas intervenientes no sector).

Vila Franca de Xira, 29 de Junho de 2015

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira

Moção aprovada por maioria com 11 votos a favor (6 da CDU e 5 do PS) e 2 votos contra da CNR.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Moção

Contra a alteração de horários em defesa dos utentes do serviço público ferroviário

Considerando que:

Portugal tem assistido, pela mão dos sucessivos governos, ao aceleração da ruína da ferrovia pública, responsáveis pelos 20% de aumento do preço médio dos bilhetes e passes entre 2009 e 2013, ao mesmo tempo que cortaram 10% da oferta. Tal política afastou mais de 20% dos passageiros em somente 4 anos.

Agora, em 14 de Junho de 2015, por decisão da CP – Comboios de Portugal E.P.E., com o apoio do Governo PSD/CDS-PP, entrou em vigor um novo horário para os comboios suburbanos de Lisboa que condiciona o direito à mobilidade das populações residentes no Concelho de Vila Franca de Xira, além de todos os utentes da Linha da Azambuja.

Com efeito, sem ouvir a população, nem as autarquias do concelho, foram introduzidas alterações que não se coadunam com as necessidades há muito sentidas pelos utentes, nomeadamente:

- A eliminação, ao fim-de-semana, das ligações diretas a Alcântara-Terra e a Sintra, obrigando a transbordos na Gare do Oriente e ou recurso a outros meios de transporte;
- A existência de um único comboio, aos fins-de-semana, com destino a Santa Apolónia, quando no anterior horário havia dois comboios por hora com destino a Alcântara-Terra;
- A existência de escassas ligações de regresso, com partida de Santa Apolónia ou Alcântara-Terra, fora das horas de ponta, sobretudo ao final do dia.

Há muitos anos que sucessivos governos desferem rudes golpes ao sistema público de transportes, com a intenção expressa de concessionar/privatizar serviços imprescindíveis.

Tudo começou com o desmembramento da CP em várias empresas, com custos financeiros pesadíssimos já reconhecidos e assumidos como um erro, que no entanto nunca foi revertido, para, com o atual governo PSD/CDS-PP se avançar para a fusão da REFER com as Estradas de Portugal.

De entre as possíveis consequências desta fusão, resulta, por exemplo, o poder de concessão da exploração ferroviária, que poderá ser o próximo passo para a completa destruição do sector ferroviário nacional, tendo em vista entregar a ferrovia nas mãos das multinacionais e grandes grupos económicos do sector.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Um filme que não é novo e retrata a realidade existente que antecede a privatização que, mais tarde ou mais cedo, se vai refletir num impacto que terão de ser os utentes e contribuintes a pagar, como o aumento de tarifas, retirada de serviços, redução da oferta de comboios, redução das normas de segurança, degradação do material circulante e das infraestruturas.

O governo tenta dissimular o plano de destruição das empresas para a opinião pública, ocultando as verdadeiras razões e quais os objetivos que estão envolvidos nos planos por eles traçados.

É necessário defender um sector estratégico. É necessário uma estratégia séria para o sector ferroviário ao serviço do país e das populações na defesa de mais e melhor transporte ferroviário público que tem de passar pelo investimento e pela reunificação do sector ferroviário.

O governo não tem, nem nunca teve argumentos para justificar a destruição do sector ferroviário nomeadamente as privatizações da EMEF e CP CARGA, a fusão da REFER com as Estradas de Portugal, bem como a entrega aos privados dos serviços lucrativos da CP.

Assim e não podendo aceitar que a Linha da Azambuja, e muito particularmente as populações do concelho de Vila Franca de Xira, em especial os utentes da estação de Vila Franca de Xira, sejam deliberadamente marginalizadas, colocadas à margem do seu inegável direito ao transporte público ferroviário a Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, reunida em 29 de Junho de 2015 delibera:

- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 91/2015, que procedeu à fusão, por incorporação, da EP – Estradas de Portugal, S.A., na REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., transforma a REFER em sociedade anónima, redeterminando-a para Infraestruturas de Portugal, S.A., a partir do dia 1 de Junho de 2015;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 69/2015 que aprovou o processo de reprivatização da CP Carga;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 70/2015 que aprovou o processo de reprivatização da EMEF;
- Defender um novo modelo de financiamento dos operadores públicos de transportes e no quadro da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- Exigir o envolvimento das autarquias do Concelho de Vila Franca de Xira no processo;
- Exigir o envolvimento das populações e das comissões de utentes, no sentido de se adequar a oferta de transportes com as efetivas necessidades das populações;

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

- Exigir o alargamento da coroa do passe social L123 a todo o concelho, além da diminuição dos custos de transporte;
- Manifestar-se contra a entrega a privados dos serviços lucrativos da CP;
- Manifestar-se por um Sector Ferroviário nacional, público e uno.
- Publicar esta moção nos lugares de estilo da Freguesia, enviar a todas as bancadas políticas da Assembleia Municipal e Assembleia da República, bem como a toda a Câmara Municipal, ao Primeiro-Ministro e Ministério da Economia, à Administração das Infraestruturas de Portugal S.A., da CP Carga, da EMEF, à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, à CGTP-IN, à Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações – FECTRANS (com pedido expresso a esta para da mesma dar conhecimento às suas estruturas associadas intervenientes no sector).

Vila Franca de Xira, 29 de Junho de 2015

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira

Moção aprovada por maioria com 11 votos a favor (6 da CDU e 5 do PS) e 2 votos contra da CNR.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Moção

Contra a alteração de horários em defesa dos utentes do serviço público ferroviário

Considerando que:

Portugal tem assistido, pela mão dos sucessivos governos, ao aceleramento da ruína da ferrovia pública, responsáveis pelos 20% de aumento do preço médio dos bilhetes e passes entre 2009 e 2013, ao mesmo tempo que cortaram 10% da oferta. Tal política afastou mais de 20% dos passageiros em somente 4 anos.

Agora, em 14 de Junho de 2015, por decisão da CP – Comboios de Portugal E.P.E., com o apoio do Governo PSD/CDS-PP, entrou em vigor um novo horário para os comboios suburbanos de Lisboa que condiciona o direito à mobilidade das populações residentes no Concelho de Vila Franca de Xira, além de todos os utentes da Linha da Azambuja.

Com efeito, sem ouvir a população, nem as autarquias do concelho, foram introduzidas alterações que não se coadunam com as necessidades há muito sentidas pelos utentes, nomeadamente:

- A eliminação, ao fim-de-semana, das ligações diretas a Alcântara-Terra e a Sintra, obrigando a transbordos na Gare do Oriente e ou recurso a outros meios de transporte;
- A existência de um único comboio, aos fins-de-semana, com destino a Santa Apolónia, quando no anterior horário havia dois comboios por hora com destino a Alcântara-Terra;
- A existência de escassas ligações de regresso, com partida de Santa Apolónia ou Alcântara-Terra, fora das horas de ponta, sobretudo ao final do dia.

Há muitos anos que sucessivos governos desferem rudes golpes ao sistema público de transportes, com a intenção expressa de concessionar/privatizar serviços imprescindíveis.

Tudo começou com o desmembramento da CP em várias empresas, com custos financeiros pesadíssimos já reconhecidos e assumidos como um erro, que no entanto nunca foi revertido, para, com o atual governo PSD/CDS-PP se avançar para a fusão da REFER com as Estradas de Portugal.

De entre as possíveis consequências desta fusão, resulta, por exemplo, o poder de concessão da exploração ferroviária, que poderá ser o próximo passo para a completa destruição do sector ferroviário nacional, tendo em vista entregar a ferrovia nas mãos das multinacionais e grandes grupos económicos do sector.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Um filme que não é novo e retrata a realidade existente que antecede a privatização que, mais tarde ou mais cedo, se vai refletir num impacto que terão de ser os utentes e contribuintes a pagar, como o aumento de tarifas, retirada de serviços, redução da oferta de comboios, redução das normas de segurança, degradação do material circulante e das infraestruturas.

O governo tenta dissimular o plano de destruição das empresas para a opinião pública, ocultando as verdadeiras razões e quais os objetivos que estão envolvidos nos planos por eles traçados.

É necessário defender um sector estratégico. É necessário uma estratégia séria para o sector ferroviário ao serviço do país e das populações na defesa de mais e melhor transporte ferroviário público que tem de passar pelo investimento e pela reunificação do sector ferroviário.

O governo não tem, nem nunca teve argumentos para justificar a destruição do sector ferroviário nomeadamente as privatizações da EMEF e CP CARGA, a fusão da REFER com as Estradas de Portugal, bem como a entrega aos privados dos serviços lucrativos da CP.

Assim e não podendo aceitar que a Linha da Azambuja, e muito particularmente as populações do concelho de Vila Franca de Xira, em especial os utentes da estação de Vila Franca de Xira, sejam deliberadamente marginalizadas, colocadas à margem do seu inegável direito ao transporte público ferroviário a Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, reunida em 29 de Junho de 2015 delibera:

- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 91/2015, que procedeu à fusão, por incorporação, da EP – Estradas de Portugal, S.A., na REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., transforma a REFER em sociedade anónima, redeterminando-a para Infraestruturas de Portugal, S.A., a partir do dia 1 de Junho de 2015;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 69/2015 que aprovou o processo de reprivatização da CP Carga;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 70/2015 que aprovou o processo de reprivatização da EMEF;
- Defender um novo modelo de financiamento dos operadores públicos de transportes e no quadro da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- Exigir o envolvimento das autarquias do Concelho de Vila Franca de Xira no processo;
- Exigir o envolvimento das populações e das comissões de utentes, no sentido de se adequar a oferta de transportes com as efetivas necessidades das populações;

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

- Exigir o alargamento da coroa do passe social L123 a todo o concelho, além da diminuição dos custos de transporte;
- Manifestar-se contra a entrega a privados dos serviços lucrativos da CP;
- Manifestar-se por um Sector Ferroviário nacional, público e uno.
- Publicar esta moção nos lugares de estilo da Freguesia, enviar a todas as bancadas políticas da Assembleia Municipal e Assembleia da República, bem como a toda a Câmara Municipal, ao Primeiro-Ministro e Ministério da Economia, à Administração das Infraestruturas de Portugal S.A., da CP Carga, da EMEF, à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, à CGTP-IN, à Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações – FECTRANS (com pedido expresso a esta para da mesma dar conhecimento às suas estruturas associadas intervenientes no sector).

Vila Franca de Xira, 29 de Junho de 2015

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira

Moção aprovada por maioria com 11 votos a favor (6 da CDU e 5 do PS) e 2 votos contra da CNR.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Moção

Contra a alteração de horários em defesa dos utentes do serviço público ferroviário

Considerando que:

Portugal tem assistido, pela mão dos sucessivos governos, ao aceleração da ruína da ferrovia pública, responsáveis pelos 20% de aumento do preço médio dos bilhetes e passes entre 2009 e 2013, ao mesmo tempo que cortaram 10% da oferta. Tal política afastou mais de 20% dos passageiros em somente 4 anos.

Agora, em 14 de Junho de 2015, por decisão da CP – Comboios de Portugal E.P.E., com o apoio do Governo PSD/CDS-PP, entrou em vigor um novo horário para os comboios suburbanos de Lisboa que condiciona o direito à mobilidade das populações residentes no Concelho de Vila Franca de Xira, além de todos os utentes da Linha da Azambuja.

Com efeito, sem ouvir a população, nem as autarquias do concelho, foram introduzidas alterações que não se coadunam com as necessidades há muito sentidas pelos utentes, nomeadamente:

- A eliminação, ao fim-de-semana, das ligações diretas a Alcântara-Terra e a Sintra, obrigando a transbordos na Gare do Oriente e ou recurso a outros meios de transporte;
- A existência de um único comboio, aos fins-de-semana, com destino a Santa Apolónia, quando no anterior horário havia dois comboios por hora com destino a Alcântara-Terra;
- A existência de escassas ligações de regresso, com partida de Santa Apolónia ou Alcântara-Terra, fora das horas de ponta, sobretudo ao final do dia.

Há muitos anos que sucessivos governos desferem rudes golpes ao sistema público de transportes, com a intenção expressa de concessionar/privatizar serviços imprescindíveis.

Tudo começou com o desmembramento da CP em várias empresas, com custos financeiros pesadíssimos já reconhecidos e assumidos como um erro, que no entanto nunca foi revertido, para, com o atual governo PSD/CDS-PP se avançar para a fusão da REFER com as Estradas de Portugal.

De entre as possíveis consequências desta fusão, resulta, por exemplo, o poder de concessão da exploração ferroviária, que poderá ser o próximo passo para a completa destruição do sector ferroviário nacional, tendo em vista entregar a ferrovia nas mãos das multinacionais e grandes grupos económicos do sector.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Um filme que não é novo e retrata a realidade existente que antecede a privatização que, mais tarde ou mais cedo, se vai refletir num impacto que terão de ser os utentes e contribuintes a pagar, como o aumento de tarifas, retirada de serviços, redução da oferta de comboios, redução das normas de segurança, degradação do material circulante e das infraestruturas.

O governo tenta dissimular o plano de destruição das empresas para a opinião pública, ocultando as verdadeiras razões e quais os objetivos que estão envolvidos nos planos por eles traçados.

É necessário defender um sector estratégico. É necessário uma estratégia séria para o sector ferroviário ao serviço do país e das populações na defesa de mais e melhor transporte ferroviário público que tem de passar pelo investimento e pela reunificação do sector ferroviário.

O governo não tem, nem nunca teve argumentos para justificar a destruição do sector ferroviário nomeadamente as privatizações da EMEF e CP CARGA, a fusão da REFER com as Estradas de Portugal, bem como a entrega aos privados dos serviços lucrativos da CP.

Assim e não podendo aceitar que a Linha da Azambuja, e muito particularmente as populações do concelho de Vila Franca de Xira, em especial os utentes da estação de Vila Franca de Xira, sejam deliberadamente marginalizadas, colocadas à margem do seu inegável direito ao transporte público ferroviário a Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, reunida em 29 de Junho de 2015 delibera:

- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 91/2015, que procedeu à fusão, por incorporação, da EP – Estradas de Portugal, S.A., na REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., transforma a REFER em sociedade anónima, redeterminando-a para Infraestruturas de Portugal, S.A., a partir do dia 1 de Junho de 2015;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 69/2015 que aprovou o processo de reprivatização da CP Carga;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 70/2015 que aprovou o processo de reprivatização da EMEF;
- Defender um novo modelo de financiamento dos operadores públicos de transportes e no quadro da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- Exigir o envolvimento das autarquias do Concelho de Vila Franca de Xira no processo;
- Exigir o envolvimento das populações e das comissões de utentes, no sentido de se adequar a oferta de transportes com as efetivas necessidades das populações;

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

- Exigir o alargamento da coroa do passe social L123 a todo o concelho, além da diminuição dos custos de transporte;
- Manifestar-se contra a entrega a privados dos serviços lucrativos da CP;
- Manifestar-se por um Sector Ferroviário nacional, público e uno.
- Publicar esta moção nos lugares de estilo da Freguesia, enviar a todas as bancadas políticas da Assembleia Municipal e Assembleia da República, bem como a toda a Câmara Municipal, ao Primeiro-Ministro e Ministério da Economia, à Administração das Infraestruturas de Portugal S.A., da CP Carga, da EMEF, à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, à CGTP-IN, à Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações – FECTRANS (com pedido expresso a esta para da mesma dar conhecimento às suas estruturas associadas intervenientes no sector).

Vila Franca de Xira, 29 de Junho de 2015

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira

Moção aprovada por maioria com 11 votos a favor (6 da CDU e 5 do PS) e 2 votos contra da CNR.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Moção

Contra a alteração de horários em defesa dos utentes do serviço público ferroviário

Considerando que:

Portugal tem assistido, pela mão dos sucessivos governos, ao aceleramento da ruína da ferrovia pública, responsáveis pelos 20% de aumento do preço médio dos bilhetes e passes entre 2009 e 2013, ao mesmo tempo que cortaram 10% da oferta. Tal política afastou mais de 20% dos passageiros em somente 4 anos.

Agora, em 14 de Junho de 2015, por decisão da CP – Comboios de Portugal E.P.E., com o apoio do Governo PSD/CDS-PP, entrou em vigor um novo horário para os comboios suburbanos de Lisboa que condiciona o direito à mobilidade das populações residentes no Concelho de Vila Franca de Xira, além de todos os utentes da Linha da Azambuja.

Com efeito, sem ouvir a população, nem as autarquias do concelho, foram introduzidas alterações que não se coadunam com as necessidades há muito sentidas pelos utentes, nomeadamente:

- A eliminação, ao fim-de-semana, das ligações diretas a Alcântara-Terra e a Sintra, obrigando a transbordos na Gare do Oriente e ou recurso a outros meios de transporte;
- A existência de um único comboio, aos fins-de-semana, com destino a Santa Apolónia, quando no anterior horário havia dois comboios por hora com destino a Alcântara-Terra;
- A existência de escassas ligações de regresso, com partida de Santa Apolónia ou Alcântara-Terra, fora das horas de ponta, sobretudo ao final do dia.

Há muitos anos que sucessivos governos desferem rudes golpes ao sistema público de transportes, com a intenção expressa de concessionar/privatizar serviços imprescindíveis.

Tudo começou com o desmembramento da CP em várias empresas, com custos financeiros pesadíssimos já reconhecidos e assumidos como um erro, que no entanto nunca foi revertido, para, com o atual governo PSD/CDS-PP se avançar para a fusão da REFER com as Estradas de Portugal.

De entre as possíveis consequências desta fusão, resulta, por exemplo, o poder de concessão da exploração ferroviária, que poderá ser o próximo passo para a completa destruição do sector ferroviário nacional, tendo em vista entregar a ferrovia nas mãos das multinacionais e grandes grupos económicos do sector.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Um filme que não é novo e retrata a realidade existente que antecede a privatização que, mais tarde ou mais cedo, se vai refletir num impacto que terão de ser os utentes e contribuintes a pagar, como o aumento de tarifas, retirada de serviços, redução da oferta de comboios, redução das normas de segurança, degradação do material circulante e das infraestruturas.

O governo tenta dissimular o plano de destruição das empresas para a opinião pública, ocultando as verdadeiras razões e quais os objetivos que estão envolvidos nos planos por eles traçados.

É necessário defender um sector estratégico. É necessário uma estratégia séria para o sector ferroviário ao serviço do país e das populações na defesa de mais e melhor transporte ferroviário público que tem de passar pelo investimento e pela reunificação do sector ferroviário.

O governo não tem, nem nunca teve argumentos para justificar a destruição do sector ferroviário nomeadamente as privatizações da EMEF e CP CARGA, a fusão da REFER com as Estradas de Portugal, bem como a entrega aos privados dos serviços lucrativos da CP.

Assim e não podendo aceitar que a Linha da Azambuja, e muito particularmente as populações do concelho de Vila Franca de Xira, em especial os utentes da estação de Vila Franca de Xira, sejam deliberadamente marginalizadas, colocadas à margem do seu inegável direito ao transporte público ferroviário a Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, reunida em 29 de Junho de 2015 delibera:

- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 91/2015, que procedeu à fusão, por incorporação, da EP – Estradas de Portugal, S.A., na REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., transforma a REFER em sociedade anónima, redeterminando-a para Infraestruturas de Portugal, S.A., a partir do dia 1 de Junho de 2015;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 69/2015 que aprovou o processo de reprivatização da CP Carga;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 70/2015 que aprovou o processo de reprivatização da EMEF;
- Defender um novo modelo de financiamento dos operadores públicos de transportes e no quadro da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- Exigir o envolvimento das autarquias do Concelho de Vila Franca de Xira no processo;
- Exigir o envolvimento das populações e das comissões de utentes, no sentido de se adequar a oferta de transportes com as efetivas necessidades das populações;

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

- Exigir o alargamento da coroa do passe social L123 a todo o concelho, além da diminuição dos custos de transporte;
- Manifestar-se contra a entrega a privados dos serviços lucrativos da CP;
- Manifestar-se por um Sector Ferroviário nacional, público e uno.
- Publicar esta moção nos lugares de estilo da Freguesia, enviar a todas as bancadas políticas da Assembleia Municipal e Assembleia da República, bem como a toda a Câmara Municipal, ao Primeiro-Ministro e Ministério da Economia, à Administração das Infraestruturas de Portugal S.A., da CP Carga, da EMEF, à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, à CGTP-IN, à Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações – FECTRANS (com pedido expresso a esta para da mesma dar conhecimento às suas estruturas associadas intervenientes no sector).

Vila Franca de Xira, 29 de Junho de 2015

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira

Moção aprovada por maioria com 11 votos a favor (6 da CDU e 5 do PS) e 2 votos contra da CNR.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Moção

Contra a alteração de horários em defesa dos utentes do serviço público ferroviário

Considerando que:

Portugal tem assistido, pela mão dos sucessivos governos, ao aceleramento da ruína da ferrovia pública, responsáveis pelos 20% de aumento do preço médio dos bilhetes e passes entre 2009 e 2013, ao mesmo tempo que cortaram 10% da oferta. Tal política afastou mais de 20% dos passageiros em somente 4 anos.

Agora, em 14 de Junho de 2015, por decisão da CP – Comboios de Portugal E.P.E., com o apoio do Governo PSD/CDS-PP, entrou em vigor um novo horário para os comboios suburbanos de Lisboa que condiciona o direito à mobilidade das populações residentes no Concelho de Vila Franca de Xira, além de todos os utentes da Linha da Azambuja.

Com efeito, sem ouvir a população, nem as autarquias do concelho, foram introduzidas alterações que não se coadunam com as necessidades há muito sentidas pelos utentes, nomeadamente:

- A eliminação, ao fim-de-semana, das ligações diretas a Alcântara-Terra e a Sintra, obrigando a transbordos na Gare do Oriente e ou recurso a outros meios de transporte;
- A existência de um único comboio, aos fins-de-semana, com destino a Santa Apolónia, quando no anterior horário havia dois comboios por hora com destino a Alcântara-Terra;
- A existência de escassas ligações de regresso, com partida de Santa Apolónia ou Alcântara-Terra, fora das horas de ponta, sobretudo ao final do dia.

Há muitos anos que sucessivos governos desferem rudes golpes ao sistema público de transportes, com a intenção expressa de concessionar/privatizar serviços imprescindíveis.

Tudo começou com o desmembramento da CP em várias empresas, com custos financeiros pesadíssimos já reconhecidos e assumidos como um erro, que no entanto nunca foi revertido, para, com o atual governo PSD/CDS-PP se avançar para a fusão da REFER com as Estradas de Portugal.

De entre as possíveis consequências desta fusão, resulta, por exemplo, o poder de concessão da exploração ferroviária, que poderá ser o próximo passo para a completa destruição do sector ferroviário nacional, tendo em vista entregar a ferrovia nas mãos das multinacionais e grandes grupos económicos do sector.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Um filme que não é novo e retrata a realidade existente que antecede a privatização que, mais tarde ou mais cedo, se vai refletir num impacto que terão de ser os utentes e contribuintes a pagar, como o aumento de tarifas, retirada de serviços, redução da oferta de comboios, redução das normas de segurança, degradação do material circulante e das infraestruturas.

O governo tenta dissimular o plano de destruição das empresas para a opinião pública, ocultando as verdadeiras razões e quais os objetivos que estão envolvidos nos planos por eles traçados.

É necessário defender um sector estratégico. É necessário uma estratégia séria para o sector ferroviário ao serviço do país e das populações na defesa de mais e melhor transporte ferroviário público que tem de passar pelo investimento e pela reunificação do sector ferroviário.

O governo não tem, nem nunca teve argumentos para justificar a destruição do sector ferroviário nomeadamente as privatizações da EMEF e CP CARGA, a fusão da REFER com as Estradas de Portugal, bem como a entrega aos privados dos serviços lucrativos da CP.

Assim e não podendo aceitar que a Linha da Azambuja, e muito particularmente as populações do concelho de Vila Franca de Xira, em especial os utentes da estação de Vila Franca de Xira, sejam deliberadamente marginalizadas, colocadas à margem do seu inegável direito ao transporte público ferroviário a Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, reunida em 29 de Junho de 2015 delibera:

- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 91/2015, que procedeu à fusão, por incorporação, da EP – Estradas de Portugal, S.A., na REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., transforma a REFER em sociedade anónima, redeterminando-a para Infraestruturas de Portugal, S.A., a partir do dia 1 de Junho de 2015;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 69/2015 que aprovou o processo de reprivatização da CP Carga;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 70/2015 que aprovou o processo de reprivatização da EMEF;
- Defender um novo modelo de financiamento dos operadores públicos de transportes e no quadro da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- Exigir o envolvimento das autarquias do Concelho de Vila Franca de Xira no processo;
- Exigir o envolvimento das populações e das comissões de utentes, no sentido de se adequar a oferta de transportes com as efetivas necessidades das populações;

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

- Exigir o alargamento da coroa do passe social L123 a todo o concelho, além da diminuição dos custos de transporte;
- Manifestar-se contra a entrega a privados dos serviços lucrativos da CP;
- Manifestar-se por um Sector Ferroviário nacional, público e uno.
- Publicar esta moção nos lugares de estilo da Freguesia, enviar a todas as bancadas políticas da Assembleia Municipal e Assembleia da República, bem como a toda a Câmara Municipal, ao Primeiro-Ministro e Ministério da Economia, à Administração das Infraestruturas de Portugal S.A., da CP Carga, da EMEF, à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, à CGTP-IN, à Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações – FECTRANS (com pedido expresso a esta para da mesma dar conhecimento às suas estruturas associadas intervenientes no sector).

Vila Franca de Xira, 29 de Junho de 2015

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira

Moção aprovada por maioria com 11 votos a favor (6 da CDU e 5 do PS) e 2 votos contra da CNR.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Moção

Contra a alteração de horários em defesa dos utentes do serviço público ferroviário

Considerando que:

Portugal tem assistido, pela mão dos sucessivos governos, ao aceleramento da ruína da ferrovia pública, responsáveis pelos 20% de aumento do preço médio dos bilhetes e passes entre 2009 e 2013, ao mesmo tempo que cortaram 10% da oferta. Tal política afastou mais de 20% dos passageiros em somente 4 anos.

Agora, em 14 de Junho de 2015, por decisão da CP – Comboios de Portugal E.P.E., com o apoio do Governo PSD/CDS-PP, entrou em vigor um novo horário para os comboios suburbanos de Lisboa que condiciona o direito à mobilidade das populações residentes no Concelho de Vila Franca de Xira, além de todos os utentes da Linha da Azambuja.

Com efeito, sem ouvir a população, nem as autarquias do concelho, foram introduzidas alterações que não se coadunam com as necessidades há muito sentidas pelos utentes, nomeadamente:

- A eliminação, ao fim-de-semana, das ligações diretas a Alcântara-Terra e a Sintra, obrigando a transbordos na Gare do Oriente e ou recurso a outros meios de transporte;
- A existência de um único comboio, aos fins-de-semana, com destino a Santa Apolónia, quando no anterior horário havia dois comboios por hora com destino a Alcântara-Terra;
- A existência de escassas ligações de regresso, com partida de Santa Apolónia ou Alcântara-Terra, fora das horas de ponta, sobretudo ao final do dia.

Há muitos anos que sucessivos governos desferem rudes golpes ao sistema público de transportes, com a intenção expressa de concessionar/privatizar serviços imprescindíveis.

Tudo começou com o desmembramento da CP em várias empresas, com custos financeiros pesadíssimos já reconhecidos e assumidos como um erro, que no entanto nunca foi revertido, para, com o atual governo PSD/CDS-PP se avançar para a fusão da REFER com as Estradas de Portugal.

De entre as possíveis consequências desta fusão, resulta, por exemplo, o poder de concessão da exploração ferroviária, que poderá ser o próximo passo para a completa destruição do sector ferroviário nacional, tendo em vista entregar a ferrovia nas mãos das multinacionais e grandes grupos económicos do sector.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Um filme que não é novo e retrata a realidade existente que antecede a privatização que, mais tarde ou mais cedo, se vai refletir num impacto que terão de ser os utentes e contribuintes a pagar, como o aumento de tarifas, retirada de serviços, redução da oferta de comboios, redução das normas de segurança, degradação do material circulante e das infraestruturas.

O governo tenta dissimular o plano de destruição das empresas para a opinião pública, ocultando as verdadeiras razões e quais os objetivos que estão envolvidos nos planos por eles traçados.

É necessário defender um sector estratégico. É necessário uma estratégia séria para o sector ferroviário ao serviço do país e das populações na defesa de mais e melhor transporte ferroviário público que tem de passar pelo investimento e pela reunificação do sector ferroviário.

O governo não tem, nem nunca teve argumentos para justificar a destruição do sector ferroviário nomeadamente as privatizações da EMEF e CP CARGA, a fusão da REFER com as Estradas de Portugal, bem como a entrega aos privados dos serviços lucrativos da CP.

Assim e não podendo aceitar que a Linha da Azambuja, e muito particularmente as populações do concelho de Vila Franca de Xira, em especial os utentes da estação de Vila Franca de Xira, sejam deliberadamente marginalizadas, colocadas à margem do seu inegável direito ao transporte público ferroviário a Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, reunida em 29 de Junho de 2015 delibera:

- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 91/2015, que procedeu à fusão, por incorporação, da EP – Estradas de Portugal, S.A., na REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., transforma a REFER em sociedade anónima, redeterminando-a para Infraestruturas de Portugal, S.A., a partir do dia 1 de Junho de 2015;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 69/2015 que aprovou o processo de reprivatização da CP Carga;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 70/2015 que aprovou o processo de reprivatização da EMEF;
- Defender um novo modelo de financiamento dos operadores públicos de transportes e no quadro da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- Exigir o envolvimento das autarquias do Concelho de Vila Franca de Xira no processo;
- Exigir o envolvimento das populações e das comissões de utentes, no sentido de se adequar a oferta de transportes com as efetivas necessidades das populações;

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

- Exigir o alargamento da coroa do passe social L123 a todo o concelho, além da diminuição dos custos de transporte;
- Manifestar-se contra a entrega a privados dos serviços lucrativos da CP;
- Manifestar-se por um Sector Ferroviário nacional, público e uno.
- Publicar esta moção nos lugares de estilo da Freguesia, enviar a todas as bancadas políticas da Assembleia Municipal e Assembleia da República, bem como a toda a Câmara Municipal, ao Primeiro-Ministro e Ministério da Economia, à Administração das Infraestruturas de Portugal S.A., da CP Carga, da EMEF, à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, à CGTP-IN, à Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações – FECTRANS (com pedido expresso a esta para da mesma dar conhecimento às suas estruturas associadas intervenientes no sector).

Vila Franca de Xira, 29 de Junho de 2015

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira

Moção aprovada por maioria com 11 votos a favor (6 da CDU e 5 do PS) e 2 votos contra da CNR.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Moção

Contra a alteração de horários em defesa dos utentes do serviço público ferroviário

Considerando que:

Portugal tem assistido, pela mão dos sucessivos governos, ao aceleração da ruína da ferrovia pública, responsáveis pelos 20% de aumento do preço médio dos bilhetes e passes entre 2009 e 2013, ao mesmo tempo que cortaram 10% da oferta. Tal política afastou mais de 20% dos passageiros em somente 4 anos.

Agora, em 14 de Junho de 2015, por decisão da CP – Comboios de Portugal E.P.E., com o apoio do Governo PSD/CDS-PP, entrou em vigor um novo horário para os comboios suburbanos de Lisboa que condiciona o direito à mobilidade das populações residentes no Concelho de Vila Franca de Xira, além de todos os utentes da Linha da Azambuja.

Com efeito, sem ouvir a população, nem as autarquias do concelho, foram introduzidas alterações que não se coadunam com as necessidades há muito sentidas pelos utentes, nomeadamente:

- A eliminação, ao fim-de-semana, das ligações diretas a Alcântara-Terra e a Sintra, obrigando a transbordos na Gare do Oriente e ou recurso a outros meios de transporte;
- A existência de um único comboio, aos fins-de-semana, com destino a Santa Apolónia, quando no anterior horário havia dois comboios por hora com destino a Alcântara-Terra;
- A existência de escassas ligações de regresso, com partida de Santa Apolónia ou Alcântara-Terra, fora das horas de ponta, sobretudo ao final do dia.

Há muitos anos que sucessivos governos desferem rudes golpes ao sistema público de transportes, com a intenção expressa de concessionar/privatizar serviços imprescindíveis.

Tudo começou com o desmembramento da CP em várias empresas, com custos financeiros pesadíssimos já reconhecidos e assumidos como um erro, que no entanto nunca foi revertido, para, com o atual governo PSD/CDS-PP se avançar para a fusão da REFER com as Estradas de Portugal.

De entre as possíveis consequências desta fusão, resulta, por exemplo, o poder de concessão da exploração ferroviária, que poderá ser o próximo passo para a completa destruição do sector ferroviário nacional, tendo em vista entregar a ferrovia nas mãos das multinacionais e grandes grupos económicos do sector.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Um filme que não é novo e retrata a realidade existente que antecede a privatização que, mais tarde ou mais cedo, se vai refletir num impacto que terão de ser os utentes e contribuintes a pagar, como o aumento de tarifas, retirada de serviços, redução da oferta de comboios, redução das normas de segurança, degradação do material circulante e das infraestruturas.

O governo tenta dissimular o plano de destruição das empresas para a opinião pública, ocultando as verdadeiras razões e quais os objetivos que estão envolvidos nos planos por eles traçados.

É necessário defender um sector estratégico. É necessário uma estratégia séria para o sector ferroviário ao serviço do país e das populações na defesa de mais e melhor transporte ferroviário público que tem de passar pelo investimento e pela reunificação do sector ferroviário.

O governo não tem, nem nunca teve argumentos para justificar a destruição do sector ferroviário nomeadamente as privatizações da EMEF e CP CARGA, a fusão da REFER com as Estradas de Portugal, bem como a entrega aos privados dos serviços lucrativos da CP.

Assim e não podendo aceitar que a Linha da Azambuja, e muito particularmente as populações do concelho de Vila Franca de Xira, em especial os utentes da estação de Vila Franca de Xira, sejam deliberadamente marginalizadas, colocadas à margem do seu inegável direito ao transporte público ferroviário a Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, reunida em 29 de Junho de 2015 delibera:

- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 91/2015, que procedeu à fusão, por incorporação, da EP – Estradas de Portugal, S.A., na REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., transforma a REFER em sociedade anónima, redominando-a para Infraestruturas de Portugal, S.A., a partir do dia 1 de Junho de 2015;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 69/2015 que aprovou o processo de reprivatização da CP Carga;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 70/2015 que aprovou o processo de reprivatização da EMEF;
- Defender um novo modelo de financiamento dos operadores públicos de transportes e no quadro da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- Exigir o envolvimento das autarquias do Concelho de Vila Franca de Xira no processo;
- Exigir o envolvimento das populações e das comissões de utentes, no sentido de se adequar a oferta de transportes com as efetivas necessidades das populações;

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

- Exigir o alargamento da coroa do passe social L123 a todo o concelho, além da diminuição dos custos de transporte;
- Manifestar-se contra a entrega a privados dos serviços lucrativos da CP;
- Manifestar-se por um Sector Ferroviário nacional, público e uno.
- Publicar esta moção nos lugares de estilo da Freguesia, enviar a todas as bancadas políticas da Assembleia Municipal e Assembleia da República, bem como a toda a Câmara Municipal, ao Primeiro-Ministro e Ministério da Economia, à Administração das Infraestruturas de Portugal S.A., da CP Carga, da EMEF, à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, à CGTP-IN, à Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações – FECTRANS (com pedido expresso a esta para da mesma dar conhecimento às suas estruturas associadas intervenientes no sector).

Vila Franca de Xira, 29 de Junho de 2015

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira

Moção aprovada por maioria com 11 votos a favor (6 da CDU e 5 do PS) e 2 votos contra da CNR.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Moção

Contra a alteração de horários em defesa dos utentes do serviço público ferroviário

Considerando que:

Portugal tem assistido, pela mão dos sucessivos governos, ao aceleramento da ruína da ferrovia pública, responsáveis pelos 20% de aumento do preço médio dos bilhetes e passes entre 2009 e 2013, ao mesmo tempo que cortaram 10% da oferta. Tal política afastou mais de 20% dos passageiros em somente 4 anos.

Agora, em 14 de Junho de 2015, por decisão da CP – Comboios de Portugal E.P.E., com o apoio do Governo PSD/CDS-PP, entrou em vigor um novo horário para os comboios suburbanos de Lisboa que condiciona o direito à mobilidade das populações residentes no Concelho de Vila Franca de Xira, além de todos os utentes da Linha da Azambuja.

Com efeito, sem ouvir a população, nem as autarquias do concelho, foram introduzidas alterações que não se coadunam com as necessidades há muito sentidas pelos utentes, nomeadamente:

- A eliminação, ao fim-de-semana, das ligações diretas a Alcântara-Terra e a Sintra, obrigando a transbordos na Gare do Oriente e ou recurso a outros meios de transporte;
- A existência de um único comboio, aos fins-de-semana, com destino a Santa Apolónia, quando no anterior horário havia dois comboios por hora com destino a Alcântara-Terra;
- A existência de escassas ligações de regresso, com partida de Santa Apolónia ou Alcântara-Terra, fora das horas de ponta, sobretudo ao final do dia.

Há muitos anos que sucessivos governos desferem rudes golpes ao sistema público de transportes, com a intenção expressa de concessionar/privatizar serviços imprescindíveis.

Tudo começou com o desmembramento da CP em várias empresas, com custos financeiros pesadíssimos já reconhecidos e assumidos como um erro, que no entanto nunca foi revertido, para, com o atual governo PSD/CDS-PP se avançar para a fusão da REFER com as Estradas de Portugal.

De entre as possíveis consequências desta fusão, resulta, por exemplo, o poder de concessão da exploração ferroviária, que poderá ser o próximo passo para a completa destruição do sector ferroviário nacional, tendo em vista entregar a ferrovia nas mãos das multinacionais e grandes grupos económicos do sector.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Um filme que não é novo e retrata a realidade existente que antecede a privatização que, mais tarde ou mais cedo, se vai refletir num impacto que terão de ser os utentes e contribuintes a pagar, como o aumento de tarifas, retirada de serviços, redução da oferta de comboios, redução das normas de segurança, degradação do material circulante e das infraestruturas.

O governo tenta dissimular o plano de destruição das empresas para a opinião pública, ocultando as verdadeiras razões e quais os objetivos que estão envolvidos nos planos por eles traçados.

É necessário defender um sector estratégico. É necessário uma estratégia séria para o sector ferroviário ao serviço do país e das populações na defesa de mais e melhor transporte ferroviário público que tem de passar pelo investimento e pela reunificação do sector ferroviário.

O governo não tem, nem nunca teve argumentos para justificar a destruição do sector ferroviário nomeadamente as privatizações da EMEF e CP CARGA, a fusão da REFER com as Estradas de Portugal, bem como a entrega aos privados dos serviços lucrativos da CP.

Assim e não podendo aceitar que a Linha da Azambuja, e muito particularmente as populações do concelho de Vila Franca de Xira, em especial os utentes da estação de Vila Franca de Xira, sejam deliberadamente marginalizadas, colocadas à margem do seu inegável direito ao transporte público ferroviário a Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, reunida em 29 de Junho de 2015 delibera:

- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 91/2015, que procedeu à fusão, por incorporação, da EP – Estradas de Portugal, S.A., na REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., transforma a REFER em sociedade anónima, redominando-a para Infraestruturas de Portugal, S.A., a partir do dia 1 de Junho de 2015;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 69/2015 que aprovou o processo de reprivatização da CP Carga;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 70/2015 que aprovou o processo de reprivatização da EMEF;
- Defender um novo modelo de financiamento dos operadores públicos de transportes e no quadro da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- Exigir o envolvimento das autarquias do Concelho de Vila Franca de Xira no processo;
- Exigir o envolvimento das populações e das comissões de utentes, no sentido de se adequar a oferta de transportes com as efetivas necessidades das populações;

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

- Exigir o alargamento da coroa do passe social L123 a todo o concelho, além da diminuição dos custos de transporte;
- Manifestar-se contra a entrega a privados dos serviços lucrativos da CP;
- Manifestar-se por um Sector Ferroviário nacional, público e uno.
- Publicar esta moção nos lugares de estilo da Freguesia, enviar a todas as bancadas políticas da Assembleia Municipal e Assembleia da República, bem como a toda a Câmara Municipal, ao Primeiro-Ministro e Ministério da Economia, à Administração das Infraestruturas de Portugal S.A., da CP Carga, da EMEF, à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, à CGTP-IN, à Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações – FECTRANS (com pedido expresso a esta para da mesma dar conhecimento às suas estruturas associadas intervenientes no sector).

Vila Franca de Xira, 29 de Junho de 2015

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira

Moção aprovada por maioria com 11 votos a favor (6 da CDU e 5 do PS) e 2 votos contra da CNR.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Moção

Contra a alteração de horários em defesa dos utentes do serviço público ferroviário

Considerando que:

Portugal tem assistido, pela mão dos sucessivos governos, ao aceleramento da ruína da ferrovia pública, responsáveis pelos 20% de aumento do preço médio dos bilhetes e passes entre 2009 e 2013, ao mesmo tempo que cortaram 10% da oferta. Tal política afastou mais de 20% dos passageiros em somente 4 anos.

Agora, em 14 de Junho de 2015, por decisão da CP – Comboios de Portugal E.P.E., com o apoio do Governo PSD/CDS-PP, entrou em vigor um novo horário para os comboios suburbanos de Lisboa que condiciona o direito à mobilidade das populações residentes no Concelho de Vila Franca de Xira, além de todos os utentes da Linha da Azambuja.

Com efeito, sem ouvir a população, nem as autarquias do concelho, foram introduzidas alterações que não se coadunam com as necessidades há muito sentidas pelos utentes, nomeadamente:

- A eliminação, ao fim-de-semana, das ligações diretas a Alcântara-Terra e a Sintra, obrigando a transbordos na Gare do Oriente e ou recurso a outros meios de transporte;
- A existência de um único comboio, aos fins-de-semana, com destino a Santa Apolónia, quando no anterior horário havia dois comboios por hora com destino a Alcântara-Terra;
- A existência de escassas ligações de regresso, com partida de Santa Apolónia ou Alcântara-Terra, fora das horas de ponta, sobretudo ao final do dia.

Há muitos anos que sucessivos governos desferem rudes golpes ao sistema público de transportes, com a intenção expressa de concessionar/privatizar serviços imprescindíveis.

Tudo começou com o desmembramento da CP em várias empresas, com custos financeiros pesadíssimos já reconhecidos e assumidos como um erro, que no entanto nunca foi revertido, para, com o atual governo PSD/CDS-PP se avançar para a fusão da REFER com as Estradas de Portugal.

De entre as possíveis consequências desta fusão, resulta, por exemplo, o poder de concessão da exploração ferroviária, que poderá ser o próximo passo para a completa destruição do sector ferroviário nacional, tendo em vista entregar a ferrovia nas mãos das multinacionais e grandes grupos económicos do sector.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Um filme que não é novo e retrata a realidade existente que antecede a privatização que, mais tarde ou mais cedo, se vai refletir num impacto que terão de ser os utentes e contribuintes a pagar, como o aumento de tarifas, retirada de serviços, redução da oferta de comboios, redução das normas de segurança, degradação do material circulante e das infraestruturas.

O governo tenta dissimular o plano de destruição das empresas para a opinião pública, ocultando as verdadeiras razões e quais os objetivos que estão envolvidos nos planos por eles traçados.

É necessário defender um sector estratégico. É necessário uma estratégia séria para o sector ferroviário ao serviço do país e das populações na defesa de mais e melhor transporte ferroviário público que tem de passar pelo investimento e pela reunificação do sector ferroviário.

O governo não tem, nem nunca teve argumentos para justificar a destruição do sector ferroviário nomeadamente as privatizações da EMEF e CP CARGA, a fusão da REFER com as Estradas de Portugal, bem como a entrega aos privados dos serviços lucrativos da CP.

Assim e não podendo aceitar que a Linha da Azambuja, e muito particularmente as populações do concelho de Vila Franca de Xira, em especial os utentes da estação de Vila Franca de Xira, sejam deliberadamente marginalizadas, colocadas à margem do seu inegável direito ao transporte público ferroviário a Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, reunida em 29 de Junho de 2015 delibera:

- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 91/2015, que procedeu à fusão, por incorporação, da EP – Estradas de Portugal, S.A., na REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., transforma a REFER em sociedade anónima, redeterminando-a para Infraestruturas de Portugal, S.A., a partir do dia 1 de Junho de 2015;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 69/2015 que aprovou o processo de reprivatização da CP Carga;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N.º 70/2015 que aprovou o processo de reprivatização da EMEF;
- Defender um novo modelo de financiamento dos operadores públicos de transportes e no quadro da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- Exigir o envolvimento das autarquias do Concelho de Vila Franca de Xira no processo;
- Exigir o envolvimento das populações e das comissões de utentes, no sentido de se adequar a oferta de transportes com as efetivas necessidades das populações;

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

- Exigir o alargamento da coroa do passe social L123 a todo o concelho, além da diminuição dos custos de transporte;
- Manifestar-se contra a entrega a privados dos serviços lucrativos da CP;
- Manifestar-se por um Sector Ferroviário nacional, público e uno.
- Publicar esta moção nos lugares de estilo da Freguesia, enviar a todas as bancadas políticas da Assembleia Municipal e Assembleia da República, bem como a toda a Câmara Municipal, ao Primeiro-Ministro e Ministério da Economia, à Administração das Infraestruturas de Portugal S.A., da CP Carga, da EMEF, à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, à CGTP-IN, à Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações – FECTRANS (com pedido expresso a esta para da mesma dar conhecimento às suas estruturas associadas intervenientes no sector).

Vila Franca de Xira, 29 de Junho de 2015

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira

Moção aprovada por maioria com 11 votos a favor (6 da CDU e 5 do PS) e 2 votos contra da CNR.